

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

JULIA MONDARDO GAVA

**GESTÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO BLOCO K NAS EMPRESAS: UM
ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE PRÉ-MOLDADOS LOCALIZADA EM
CRICIÚMA/SC**

CRICIÚMA

2016

JULIA MONDARDO GAVA

**GESTÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO BLOCO K NAS EMPRESAS: UM
ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE PRÉ-MOLDADOS LOCALIZADA EM
CRICIÚMA/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof.^a Esp. Roberta Martins

CRICIÚMA

2016

JULIA MONDARDO GAVA

**GESTÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO BLOCO K NAS EMPRESAS: UM
ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE PRÉ-MOLDADOS LOCALIZADA EM
CRICIÚMA/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Contábeis da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Contabilidade Tributária.

Criciúma, 30 de Junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Roberta Martins – Especialista – UNESC – Orientadora

Prof. Rafael Mello Furlanetto – Especialista – UNESC – Examinador

Dedico esse trabalho aos meus pais por todo apoio e incentivo durante essa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me dado força para enfrentar as dificuldades e pelas conquistas e obstáculos vencidos.

Aos meus pais, por todo apoio e atenção dados nesse período. Também por todos os ensinamentos transmitidos e por sempre me incentivarem nessa caminhada.

A meu namorado agradeço pela compreensão e por todo apoio para enfrentar as dificuldades.

A professora Roberta Martins, agradeço pela atenção e por orientar este trabalho, assim como todos os professores do Curso de Ciências Contábeis que contribuíram para minha formação.

A todos os amigos que fiz nessa trajetória e que colaboraram na realização deste trabalho, certamente serão sempre lembrados.

Agradeço a empresa em estudo pela receptividade, pelo interesse no assunto do trabalho, bem como a disponibilidade em fornecer as informações necessárias para a realização desta pesquisa.

Por fim, agradeço a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a conclusão este trabalho e a minha Graduação no curso de Ciências Contábeis.

“A persistência é o menor caminho do êxito.”

Charles Chaplin

RESUMO

GAVA, Julia Mondardo. **Gestão para implementação do Bloco K nas empresas: um estudo de caso em uma empresa de Pré-Moldados localizada Criciúma/SC.** 2016. 50 páginas. Orientadora: Prof.^a Esp. Roberta Martins. Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma – SC.

A fiscalização está em constante evolução, instituindo novos sistemas e obrigações acessórias com o objetivo de obter um melhor acompanhamento sobre as movimentações das empresas e evitar ainda mais operações fraudulentas. A mais nova obrigação acessória consiste no envio do Livro de Registro de Controle da Produção e do Estoque através do Bloco K do SPED Fiscal. Essa nova exigência acompanhará toda cadeia produtiva das empresas, desde a entrada dos insumos até o produto acabado. Isso terá reflexo nos procedimentos das empresas, pois será necessário rever a gestão de controle da produção e do estoque. Diante disso, o presente estudo tem o objetivo de analisar quais são as informações exigidas por essa nova obrigação e verificar se a empresa em estudo está atendendo as exigências do Bloco K. Para realização do trabalho foi utilizada uma pesquisa bibliográfica, visando abordar aspectos relacionados ao Bloco K da EFD ICMS/IPI. Por meio do estudo foi verificado como estavam os controles de toda cadeia produtiva da empresa. Posteriormente, foi constatado que alguns procedimentos de controle não estavam de acordo com as exigências do Bloco K, então foi sugerido uma maior atenção da empresa em função da necessidade do envio das informações ao fisco.

Palavras-chave: SPED. Escrituração Fiscal Digital – EFD. Bloco K.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Bloco K no SPED Fiscal.....	21
Figura 2 – Informações do Bloco K	25
Figura 3 – Divisões dos Registros do Bloco K.....	28
Figura 4 - Estrutura dos Registros do Bloco K	31
Figura 5 – Vigas	34
Figura 6 – Pilares, Vigas e Lajes.....	35
Figura 7 - Fluxograma do Processo Produtivo da Empresa.....	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Blocos da Escrituração Fiscal Digital.....	20
Quadro 2 – Registros do Bloco K.....	29
Quadro 3 - Procedimentos para o Bloco K.....	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

§	Parágrafo
ART	Artigo
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CONFAZ	Conselho Nacional de Política Fazendária
COTEPE	Comissão Técnica Permanente do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação
CPV	Custo dos Produtos Vendidos
CTE	Conhecimento de Transporte Eletrônico
DOU	Diário Oficial da União
ECD	Escrituração Contábil Digital
ECF	Escrituração Contábil Fiscal
EFD	Escrituração Fiscal Digital
ENAT	Encontro Nacional de Administradores Tributários
ERP	<i>Enterprise Resource Planning</i> – Planejamento de Recurso Corporativo
NFE	Nota Fiscal Eletrônica
NFSE	Nota Fiscal de Serviço Eletrônica
ICMS	Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação De Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação
IPI	Imposto Sobre Produtos Industrializados
OC	Ordem de Compra
OP	Ordem de Produção
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal
PCP	Planejamento e Controle da Produção
SINIEF	Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais
SPED	Sistema Público de Escrituração Digital

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 TEMA E PROBLEMA	12
1.2 OBJETIVOS	13
1.3 JUSTIFICATIVA	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 MODERNIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	14
2.2 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL.....	15
2.2.1 Objetivos do SPED	16
2.2.2 Benefícios do SPED	16
2.2.3 Subprojetos	17
2.3 ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - EFD	18
2.3.1 Penalidades	19
2.3.2 Blocos da EFD	19
2.4 BLOCO K – CONTROLE DA PRODUÇÃO E DO ESTOQUE.....	20
2.4.1 Objetivo do Bloco K	22
2.4.2 Empresas Obrigadas ao Bloco K	22
2.4.3 Cronograma da Obrigatoriedade	23
2.4.4 Informações Prestadas no Bloco K	24
2.4.5 Benefícios da Implantação do Bloco K na EFD	25
2.4.6 Ações Preparatórias Para Implementação do Bloco K	26
2.4.7 Composição dos Registros do Bloco K	28
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	32
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	32
3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA.....	33
4 ESTUDO DE CASO	34
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA.....	34
4.2 PROCESSO DE PRODUÇÃO	35
4.3 A EMPRESA FRENTE AO BLOCO K	37
4.4 SUGESTÕES A EMPRESA	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
ANEXOS	45

ANEXO A – CADASTRO DO PRODUTO	46
ANEXO B – FICHA TÉCNICA DE UM PRODUTO FINAL	47
ANEXO C – RELATÓRIO DE BAIXA.....	48
ANEXO D – ESTOQUE ALMOXARIFADO	49
ANEXO E – RELATÓRIO DE PRODUTOS ACABADOS	50

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresenta-se o tema em estudo, bem como o problema e a questão problema que será abordado na pesquisa. Em seguida, descrevem-se os objetivos gerais e específicos que se pretendem alcançar e a justificativa da elaboração deste estudo.

1.1 TEMA E PROBLEMA

O Sistema Público de Escrituração Digital – SPED consiste na modernização sistemática do cumprimento das obrigações acessórias transmitidas pelos contribuintes. Foi criado com o objetivo de promover à integração das três esferas governamentais – federal, estadual e municipal – e tornar mais célere a identificação dos ilícitos tributários.

Para obter um maior controle e fiscalização da produção e dos estoques das empresas, o CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária publicou no Diário Oficial da União o Ajuste SINIEF nº 17/2014 em 21 de outubro de 2014, incluindo a obrigatoriedade de adoção do Bloco K a Escrituração Fiscal Digital - EFD.

Conforme o manual do SPED Fiscal, o Bloco K se destina a apresentar informações mensais da produção e do consumo de insumos referentes aos estabelecimentos industriais ou a eles equiparados pela legislação federal e pelos atacadistas.

Com isso, é necessário analisar os processos e a gestão dos estoques e da produção para possíveis adaptações nas rotinas das empresas e adequar-se a essa nova obrigação, pois serão exigidas informações detalhadas que compreendem desde a entrada dos insumos até o produto acabado, ou seja, todo o processo produtivo da empresa. Entretanto, algumas empresas não estão preparadas para atender a essa obrigação.

Portanto, tem-se a seguinte questão problema: Quais os principais aspectos a serem observados na gestão das organizações para atender as exigências do Bloco K?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho consiste em apresentar quais são as informações exigidas pelo Bloco K e que procedimentos internos as empresas podem adotar para adequar-se a essa nova obrigação.

Para atingir o objetivo geral têm-se como objetivos específicos os seguintes:

- Identificar quais segmentos que estão obrigados a atender essa legislação;
- Descrever o início da obrigatoriedade e de que forma será enviado o Bloco K;
- Apresentar os conceitos relacionados ao Bloco K e seus registros;
- Identificar quais processos internos da organização em estudo que deverão ser adequados/melhorados para atender ao Bloco K.

1.3 JUSTIFICATIVA

Com a implantação do projeto SPED, tornou-se mais transparente a relação entre contribuinte e fisco e mais célere a identificação de ilícitos tributários. Sendo assim, a partir de 2017 o envio do Registro da Produção e do Estoque das indústrias e atacadistas deverão fazer parte do SPED Fiscal.

A bibliografia relacionada ao Bloco K não é vasta, visto que é um tema novo e que ainda não está vigorando. Então, os responsáveis pela produção, gestão de estoques e até mesmo os profissionais da área contábil/fiscal das empresas precisam estar atentos a este tema. Deste modo, acredita-se na viabilidade desta pesquisa, pois poderá contribuir para suprir a carência da literatura.

A contribuição social da pesquisa encontra-se na análise desta nova obrigação do SPED Fiscal, que está impactando a rotina das empresas, justificando-se pelo fato de que a partir de um embasamento teórico, será desenvolvida uma pesquisa de campo, com a finalidade de verificar quais procedimentos serão necessários para adaptar-se ao Bloco K.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo apresenta-se inicialmente o desenvolvimento e modernização das informações solicitadas pelo fisco. Em seguida, abordam-se aspectos sobre o Sistema Público de Escrituração Digital e a Escrituração Fiscal Digital - EFD. Após, apresenta-se o Bloco K da EFD-ICMS/IPI, assim como seus objetivos e finalidades.

2.1 MODERNIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Diante do desenvolvimento tecnológico constante e o aumento do volume de operações das empresas, segundo Azevedo e Mariano (2009), a fiscalização, da mesma forma que as empresas, foi obrigada a se modernizar tecnologicamente.

Os autores complementam afirmando que a modernização completa, no entanto, era impedida pela falta de padronização das informações solicitadas, já que as declarações eram solicitadas com linguagem diversa pelos governos federal, estadual e municipal.

Sendo assim, para iniciar a padronização entre as várias esferas do governo, foi editada a Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003, incluindo o inciso XXII ao artigo 37 à Constituição Federal de 1988, na qual determina que as administrações tributárias da União, Estados, Distrito Federal e Municípios devem atuar de forma integrada, compartilhando cadastros e informações fiscais. (BRASIL, 2003).

Deste modo, conforme consta no portal do SPED, para atender o disposto no artigo 37 da Constituição, foi realizado em julho de 2004 o I ENAT – Encontro Nacional de Administradores Tributários - para buscar uma solução conjunta das três esferas do Governo que promovessem uma integração administrativa, uniformização e qualidade das informações, tendo em vista a diminuição de custos e a carga de trabalho no atendimento. Com isso, obtém-se uma maior eficácia da fiscalização, do cruzamento de informações em larga escala e da padronização de procedimentos. (BRASIL, 2012).

Logo, Azevedo e Mariano (2009) relatam que em agosto de 2005, no II ENAT – Encontro Nacional de Administradores Tributários - foram assinados os

Protocolos de Cooperação, com o objetivo de desenvolver e implantar o Sistema Público de Escrituração Digital e a Nota Fiscal Eletrônica.

Então, com a unificação das informações, pretende-se que o SPED proporcione a padronização dos processos de interação entre a administração pública e as empresas, para que possam operar de forma integrada e tornar a fiscalização mais eficaz.

2.2 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL

Instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, o SPED faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010) e consiste na modernização da sistemática do cumprimento das obrigações fiscais, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores. (ROCHA; ALMEIDA, 2015).

O projeto SPED, de acordo com Azevedo e Mariano (2009), pretende modificar a maneira do cumprimento das obrigações acessórias realizadas pelos contribuintes, substituindo a emissão de livros e documentos contábeis e fiscais em papel, por documentos eletrônicos. Essas informações eletrônicas terão autoria, integridade e validade jurídica reconhecida pelo uso da certificação digital.

Segundo o Art. 2º do Decreto 6.022 de 22 de Janeiro de 2007:

Art. 2º O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações. (BRASIL, 2007).

Rocha e Almeida (2015, p. 12), afirmam que, “antes do SPED, toda a documentação dos contribuintes era baseada em papéis e carimbos, o que impedia um controle efetivo do que era ou não declarado, ocasionando uma possível evasão de tributos”.

Os autores ainda explicam que com o sistema SPED, o Fisco passou a controlar a contabilidade das empresas. Os livros e documentos contábeis e fiscais passaram a ser emitidos de forma eletrônica, obtendo assim a unificação das atividades de recepção, autenticação, validação e armazenamento dos documentos que fazem parte da escrituração fiscal e contábil das empresas.

Conforme Azevedo e Mariano (2009), esse cenário, além de representar mais empresas fora da informalidade, enquadra os contribuintes cada vez mais obrigados a atenderem as exigências fiscais.

Logo, o SPED representa uma transformação dos documentos contábeis físicos em documentos digitais, o qual foi instituído para facilitar o cumprimento das obrigações tributárias, além de melhorar o controle e a fiscalização entre as administrações tributárias.

2.2.1 Objetivos do SPED

O SPED constitui-se em um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes, ou seja, promove a modernização dos processos de interação entre a administração pública e as empresas em geral. Segundo Azevedo e Mariano (2009), têm por objetivo:

- promover a integração das administrações tributárias nas três esferas governamentais (federal, estadual e municipal), mediante o compartilhamento das informações contábeis fiscais;
- racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes; e
- tornar a fiscalização mais efetiva com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica, com isso, torna-se mais célere a identificação de ilícitos tributários.

Em suma, o SPED tem o objetivo de identificar possíveis divergências nas informações enviadas e unificar as informações fiscais e operacionais dos contribuintes.

2.2.2 Benefícios do SPED

Conforme o portal do SPED, o projeto do Sistema Público de Escrituração Digital trouxe vários benefícios para o fisco e o contribuinte, sendo os principais:

- Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel;
- Redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias;
- Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas;
- Redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas;
- Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias;
- Rapidez no acesso às informações;
- Possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um leiaute padrão;
- Possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais;
- Aperfeiçoamento do combate à sonegação; (BRASIL, 2012).

O SPED além de permitir a integridade das informações, possibilitou a redução dos custos com armazenamento de papéis, redução de fraudes, permitiu o fortalecimento do controle e da fiscalização e também proporcionou a agilidade no acesso das informações.

2.2.3 Subprojetos

De acordo com Rocha e Almeida (2015) as inovações tecnológicas implementadas por meio do SPED iniciaram através de três grandes subprojetos, que caracteriza uma nova era de atuação, sendo:

- NFE - Nota Fiscal Eletrônica;
- EFD - Escrituração Fiscal Digital; e
- ECD - Escrituração Contábil Digital;

A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), conforme Azevedo e Mariano (2009), é conceituada como um documento emitido e armazenado eletronicamente, com o objetivo de documentar uma operação de circulação de mercadorias ou prestação de serviços, cuja validade jurídica é concedida pelo uso da assinatura digital do emitente e a Autorização de Uso fornecida pela administração tributária do contribuinte.

Azevedo e Mariano (2009) explicam que a Escrituração Contábil Digital (ECD), visa substituir a escrituração em livros por arquivos digitais e consiste no envio de informações do livro Diário, Razão, Balancetes, Balanços e fichas de lançamentos.

Porém, além destes quatro grandes subprojetos, segundo o portal do SPED, há também outros subprojetos, como: a Escrituração Contábil Fiscal (ECF), EFD – Contribuições, NFS – e, e – Financeira, NFS – e, EFD Reinf e o eSocial.

A Escrituração Fiscal Digital - EFD abrange informações das documentações fiscais, controle de estoque e apuração de ICMS e IPI e é neste subprojeto que se encontram os elementos que compõem o tema principal do trabalho.

2.3 ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - EFD

Um dos principais subprojetos do SPED é a EFD - Escrituração Fiscal Digital, instituída pelo Convenio ICMS nº 143/2006. Também chamado de SPED Fiscal, é em um arquivo digital que se compõe de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e informações de interesse dos Fiscos e da Secretaria Federal do Brasil, assim como o registro de apurações de impostos referentes às operações das empresas. (BRASIL, 2015).

Conforme Azevedo e Mariano (2009), são efetuados na EFD:

- Registros de Entradas;
- Registros de Saídas;
- Registro de Apuração do ICMS;
- Registro de Apuração do IPI;
- Registro de Inventário.

O Ato Cotepe/ICMS nº 09, de 18 de abril de 2008 e suas atualizações definiram os documentos fiscais como especificações técnicas do leiaute do arquivo da EFD-ICMS/IPI, que contém informações fiscais, bem como quaisquer outras informações que venham a repercutir na apuração, pagamento ou cobrança de IPI e ICMS dos Estados. (BRASIL, 2008).

Conforme o Manual da EFD – ICMS/IPI, “os arquivos tem periodicidade mensal e devem apresentar informação relativas a um mês civil ou fração, ainda que as apurações dos impostos (ICMS e IPI) sejam efetuadas em períodos inferiores a uma mês, segundo a legislação de cada imposto”. (BRASIL, 2015).

A EFD, segundo Azevedo e Mariano (2009), é obrigatória para todos os contribuintes do ICMS ou do IPI. Esses podem ser dispensados dessa obrigação, se a dispensa for aprovada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pelo fisco da unidade federada do contribuinte.

Então, a Escrituração Fiscal Digital - EFD é um dos subprojetos do SPED, sendo um arquivo digital que contém informações dos registros de entradas, saídas e apurações de ICMS e IPI, além do registro de inventário.

2.3.1 Penalidades

De acordo com Rocha e Almeida (2015), o contribuinte que estiver obrigado a enviar o EFD ICMS/IPI e não efetuar a entrega está sujeito a duas multas:

1) Uma de competência da Secretaria de Fazenda Estadual da circunscrição do contribuinte;

2) Outra de competência da Receita Federal, prevista no Regulamento do IPI – Decreto nº 7.212/210, artigo c/c artigo 453 e artigo 592, que variam de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

2.3.2 Blocos da EFD

Rocha e Almeida (2015, p. 16) explicam que em meio ao registro inicial e ao registro final “o arquivo digital é constituído de blocos, cada qual com um registro de abertura, com registros de dados e com um registro de encerramento, referindo-se cada um deles a um agrupamento de documentos e de outras informações econômico-fiscais”.

Para Azevedo e Mariano (2009), os registros de cada Bloco são compostos de campos que devem ser apresentados de forma sequencial e conforme estabelecido no leiaute do respectivo registro. Isso pode ser observado no

Quadro 1, que evidencia qual a ordem sequencial e quais informações são inseridas em cada bloco.

Quadro 1 – Blocos da Escrituração Fiscal Digital

BLOCO	DESCRIÇÃO
0	Abertura, Identificação e Referências
C	Documentos Fiscais I – Mercadorias (ICMS/IPI)
D	Documentos Fiscais II – Serviços (ICMS)
E	Apuração do ICMS e do IPI
G	Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente (Ciap)
H	Inventário Físico
K	Controle da Produção e do Estoque
1	Outras Informações
9	Controle e Encerramento do Arquivo Digital

Fonte: Rocha e Almeida (2015, p. 16).

Como mostra o quadro acima, a EFD – ICMS/IPI possui um registro inicial e um registro de encerramento, sendo que entre esses registros estão os blocos que são compostos cada um com suas informações e documentos específicos.

Vale lembrar que a entrega do Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque através da EFD ICMS/IPI não se encontra em vigor. As informações deste bloco serão explanadas nos próximos tópicos.

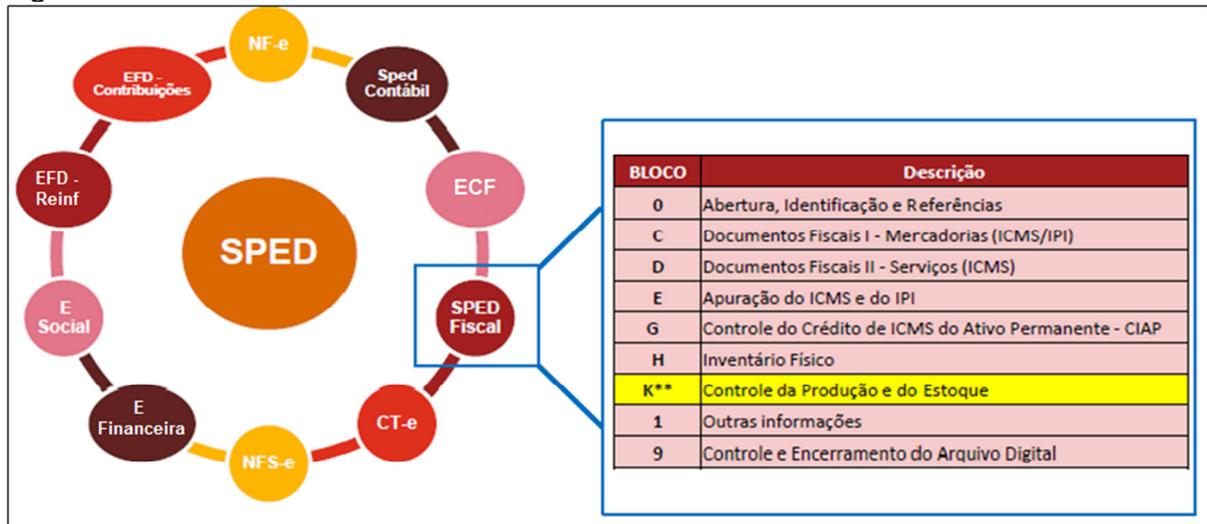
2.4 BLOCO K – CONTROLE DA PRODUÇÃO E DO ESTOQUE

O Livro de Registro da Produção e do Estoque – Modelo 3 foi criado através do Ajuste SINIEF nº 02/1972, com o objetivo de escriturar a movimentação do estoque e da produção das empresas. Em 21 de outubro de 2014 o CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária publicou o Ajuste SINIEF nº 17/2014 instituindo o Bloco K à EFD ICMS/IPI. As informações que até então eram

registradas através do Livro Modelo 3, passam a partir de então a serem informadas eletronicamente através do Bloco K. (ROCHA; ALMEIDA, 2015).

A Figura 1 demonstra o novo bloco inserido no subprojeto do SPED.

Figura 1 - Bloco K no SPED Fiscal



Fonte: Adaptado de Aurélio e Dalcin (2014).

“O Bloco K nada mais é do que a digitalização do livro de controle da produção e estoque, através do qual as organizações industriais e atacadistas deverão apresentar seus estoques e sua produção no SPED Fiscal.” (Apostila Temas Especiais – Bloco K, 2014, p. 4).

De acordo com Alves (2015), esse bloco se destina a prestar informações relacionadas à sua produção (processo produtivo e ordens de produção), assim como os insumos, produtos de controle da empresa e de terceiros. Também, serão informados aqueles provenientes da própria produção que foram vendidos e os que ainda se encontram no estoque para vendas futuras.

Alves (2015), ainda ressalta que “[...] será obrigatório que o contribuinte empresarial especifique a quantidade consumida e o percentual de perda dos insumos, assim como toda a estrutura de seus produtos fabricados”.

“O Livro de Controle da Produção e do Estoque deverá ser apresentado mensalmente e conterá toda informação quantitativa dos estoques”. (ROCHA; ALMEIDA, 2015, p. 107). Então Bloco K aborda somente das quantidades físicas.

Portanto o Bloco K é uma versão eletrônica e atualizada do Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque, sendo que as informações apresentadas são relacionadas ao controle do estoque da empresa. Inicialmente essas

informações referem-se ao processo produtivo e às quantidades de matéria-prima, insumo, embalagens, entre outros.

2.4.1 Objetivo do Bloco K

De acordo com Alves (2015), o objetivo para a implantação do Bloco K na EFD ICMS/IPI é para melhorar o controle sobre os contribuintes, pois, com as informações contidas neste bloco o fisco irá receber informes sobre os estoques das empresas, desde a compra dos insumos até a elaboração do produto final.

Isso permitirá ao fisco verificar se a empresa se utiliza de meios ilícitos em suas operações, como informações incorretas quando da emissão de notas fiscais e a manipulação de seus estoques.

Alves (2015) destaca que para as Secretarias de Estado da Fazenda o Bloco K será importante para controlar os estoques das empresas, evitando ou dificultando, que os produtos simplesmente “desapareçam” do estoque.

Conforme Rocha e Almeida (2015), com a integração do Bloco K- Controle da Produção e do Estoque com o Bloco C – Documentos Fiscais e com o Bloco H – Inventário perimirá ao Fisco, além de apurar o saldo final dos estoques, calcular o valor do CPV (Custo dos Produtos Vendidos) dos contribuintes.

Observa-se então que o fisco terá uma visão dos estoques das empresas, permitindo uma melhor verificação se há utilização de meios ilícitos em suas operações. Como exemplo, informações incoerentes na emissão de notas fiscais ou algum tipo de manipulação de seus estoques.

2.4.2 Empresas Obrigadas ao Bloco K

Estão obrigadas a escriturar o Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque as seguintes empresas, conforme Rocha e Almeida (2015):

- Estabelecimentos industriais;
- Estabelecimentos equiparados a industriais; e
- Estabelecimentos comerciais atacadistas.

Foi acrescentado o § 8º à cláusula terceira do ajuste SINIEF 02/2009 explicando que,

para fins do Bloco K da EFD, estabelecimento industrial é aquele que possui qualquer dos processos que caracterizam uma industrialização, segundo a legislação de ICMS e de IPI, e cujos produtos resultantes sejam tributados pelo ICMS ou IPI, mesmo que de alíquota zero ou isento (BRASIL, 2015).

Sendo assim, estão obrigadas ao envio do Bloco K as empresas industriais, equiparadas a industriais e comerciais atacadistas. No próximo tópico será abordado o início da obrigatoriedade de cada segmento.

2.4.3 Cronograma da Obrigatoriedade

A princípio, a obrigatoriedade do Bloco K era em 1º de janeiro de 2016. Porém, foi publicado em 15/01/2016 o Ajuste SINIEF nº 01/2016 que altera os prazos para o início da obrigatoriedade de envio do Livro Registro de Controle da Produção e do Estoque, ficando assim:

- 01/01/2017 - estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10 a 32 da CNAE pertencentes à empresa com faturamento anual igual ou superior a R\$ 300.000.000,00;
- 01/01/2018 - estabelecimentos industriais classificados nas divisões 10 a 32 da CNAE pertencentes à empresa com faturamento anual igual ou superior a R\$78.000.000,00;
- 01/01/2019 - demais estabelecimentos industriais; os estabelecimentos atacadistas classificados nos grupos 462 a 469 da CNAE e os estabelecimentos equiparados a industrial. (BRASIL, 2016).

Acrescido no Ajuste SINIEF 02/2009, o § 9º, estabelece como deve ser considerado o faturamento para início da obrigatoriedade:

§ 9º Para fins de se estabelecer o faturamento referido no § 7º, deverá ser observado o seguinte:

I - considera-se faturamento a receita bruta de venda de mercadorias de todos os estabelecimentos da empresa no território nacional, industriais ou

não, excluídas as vendas canceladas, as devoluções de vendas e os descontos incondicionais concedidos;

II - o exercício de referência do faturamento deverá ser o segundo exercício anterior ao início de vigência da obrigação (BRASIL, 2015).

Ou seja, para o início da obrigatoriedade em 2017, deve-se observar o faturamento de 2015.

Foi publicada a Instrução Normativa nº 1652 em 21 de junho de 2016, na qual ficam obrigados à escrituração do Livro de Registro de Controle da Produção e do Estoque, referente aos fatos ocorridos a partir de 1º dezembro de 2016:

I - os estabelecimentos industriais fabricantes de bebidas (Divisão CNAE 11), excetuando-se aqueles que fabricam exclusivamente águas envasadas (Classe CNAE 1121-6); e

II - os estabelecimentos industriais fabricantes de produtos do fumo (Grupo CNAE 122).

Parágrafo único. Ficam dispensadas da escrituração a que se refere o caput, as microempresas e empresas de pequeno porte classificadas de acordo com o art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. (BRASIL, 2016)

Então, as empresas fabricantes de bebidas (exceto as que fabricam exclusivamente águas envasadas) e do fumo deverão enviar o Registro de Controle da Produção e do Estoque na EFD ICMS/IPI referentes os fatos ocorridos a partir de 1º de dezembro de 2016.

2.4.4 Informações Prestadas no Bloco K

Segundo o manual do SPED Fiscal, os estabelecimentos industriais deverão prestar as seguintes informações referentes ao processo produtivo:

- A quantidade produzida;
- A quantidade de materiais consumida;
- A quantidade produzida em terceiros;
- A quantidade de materiais consumida na produção em terceiros;
- Todas as movimentações internas de estoque que não estejam diretamente relacionadas à produção;
- A posição de estoque de todos os seus produtos acabados, semiacabados e matérias primas;
- A lista de materiais padrão de todos os produtos fabricados na produção própria e de terceiros. (BRASIL, 2015).

Os estabelecimentos comerciais deverão prestar as seguintes informações:

- Todas as movimentações internas de estoque, caso ocorram; e
- A posição de estoque de todos os seus produtos. (BRASIL, 2015)

A Figura 2 abaixo traduz algumas informações necessárias que são prestadas no Bloco K do SPED Fiscal:

Figura 2 – Informações do Bloco K



Fonte: GRV Software (2015).

Observa-se com a Figura 2, que no Bloco K será necessário informar todo o processo produtivo e o controle de estoque da empresa, ou seja, toda a cadeia produtiva, desde o lançamento da nota fiscal de entrada até o produto acabado.

2.4.5 Benefícios da Implantação do Bloco K na EFD

Segundo Buonamici (2015), dentre os principais benefícios com a implantação dessa nova ferramenta aos fiscos, destacam-se:

- O acesso à movimentação completa dos itens de estoque;
- Um melhor conhecimento do processo produtivo das empresas; reduzindo possíveis perdas ou sobras; e
- A possibilidade de cruzar as informações de toda a cadeia produtiva, desde o fornecimento de insumos até a saída para o consumidor final;

Goitia (2016) explica que uma empresa perde entre 6% e 9% de seu faturamento em processos de produção. Com o Bloco K, as perdas chegarão no máximo a 5%. Então, por exemplo, uma empresa que tem o faturamento de R\$ 10 milhões por mês conseguirá reduzir suas perdas em R\$ 400 mil, ou R\$ 4,8 milhões no ano.

O autor ainda comenta que além da redução de perdas haverá melhoria na gestão de estoques, afastando erros e desvios. Márcio Massao Shimomoto (apud Gotia, 2016), presidente do Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, afirma que a maior parte das empresas ainda tem o controle dos estoques no “papel”, não tendo acompanhamento dos custos entre a matéria-prima e o produto final.

Sendo assim, Márcio (apud Gotia, 2016) relata que com um maior controle exigido pelo fisco “[...] os empresários terão dados para perceber perdas e implantar melhorias em todos os processos. Dessa forma, o contador poderá identificar o custo real, produzindo relatórios sobre giro de estoque e margem de lucro de cada item, e embasar decisões estratégicas”.

Sendo assim, o Bloco K é visto como uma oportunidade, pois poderá reduzir possíveis perdas no processo produtivo e fornecer informações mais precisas referentes à produção e o estoque, proporcionando então uma melhor gestão à empresa.

2.4.6 Ações Preparatórias Para Implementação do Bloco K

As informações referentes ao Livro de Registro de Controle e da Produção são relacionadas com a composição dos produtos em processo e produtos acabados, ordens de produção, perdas no processo produtivo e industrialização efetuada em terceiros e para terceiros. É necessário rever como está o controle da produção e do estoque, para saber se estão atendendo as informações exigidas. Há algumas ações preparatórias para auxiliar no gerenciamento correto das informações prestadas nessa obrigação acessória.

Conforme Rocha e Almeida (2015), para implantação do Bloco K não basta apenas uma boa solução tecnológica. É fundamental entender os registros que contemplem os cadastros e controles de todas as movimentações de estoques de produtos e mercadorias envolvidas no processo produtivo.

É essencial um *software* ERP (*Enterprise Resource Planning*, em português significa Planejamento de Recurso Corporativo), pois é um sistema de informação que integra todos os dados e processos de uma organização em um único sistema. “Trata-se de uma plataforma de *software* desenvolvida para associar diversos departamentos da empresa, garantindo integração das informações, agilidade nos processos e o aumento da confiabilidade dos dados.” (ROCHA E ALMEIDA, 2015, p.109).

A elaboração da Ficha Técnica também é muito importante, consiste em uma lista de todas as matérias-primas, materiais, componentes, materiais intermediários e demais itens comprados que são utilizados na fabricação e/ou montagem de um produto, mostrando as relações de precedência e quantidade de cada item necessário. Outro fator fundamental é definir na própria ficha técnica os percentuais médios de perda para cada item de material ou matéria-prima consumida. (ROCHA E ALMEIDA, 2015).

Conforme Rocha e Almeida (2015), os processos operacionais de uma empresa são executados por meio de Ordem de Produção – OP. Uma OP possui especificações como: descrição do produto a ser fabricado, matérias-primas necessárias, data que deve ser entregue e quantidades requisitadas. A ação preparatória em relação às ordens de produção é feita para que haja um controle de produtos em processos e acabados. Além de ser uma comprovação de que as quantidades consumidas, registradas nas Fichas Técnicas, foram efetivamente requisitadas e consumidas.

É fundamental também ter um departamento de Planejamento e Controle da Produção – PCP, pois dedica-se às atividades como a programação da produção, controle de estoque (matérias-primas, em processo e produtos acabados), emissão e controle de ordem de produção, entre outras atividades da produção. (ROCHA E ALMEIDA, 2015).

Então, as empresas que possuem sistema integrado de gestão empresarial – ERP, aliado a um eficiente sistema de controle de custos, produção e almoxarifado, terão condições de gerar informações corretas e consistentes.

2.4.7 Composição dos Registros do Bloco K

Conforme a WK Sistemas (2015), os registros são divididos em três grupos:

- ✓ Produtos: neste grupo são apresentados os materiais e a ficha técnica do produto.
- ✓ Estoque: mostra o controle de saldos e registro de classificação de mercadorias, produtos e materiais.
- ✓ Produção: envolve a produção interna e externa do estabelecimento.

Como explicado acima, a figura 3 abaixo mostra a divisão dos registros que compõe cada grupo.

Figura 3 – Divisões dos Registros do Bloco K



Fonte: WK Sistemas (2015).

Conforme Rocha e Almeida (2015), assim como os demais blocos da EFD, o Bloco K é composto por diversos registros próprios como mostra o quadro 2 abaixo:

Quadro 2 – Registros do Bloco K

Registro	Descrição	Observações
0200	Identificação do Produto	Informa mercadorias, serviços, produtos ou quaisquer itens concernentes às transações fiscais e aos movimentos de estoques em processos produtivos, bem como sua composição.
0210	Consumos Específico Padronizado	Deve ser informado o consumo específico padronizado e a perda normal percentual de um insumo/componente para se produzir uma unidade de produto resultante.
K001	Abertura do Bloco K	Abertura do bloco informando se há movimentação ou não.
K100	Período de Apuração ICMS/IPI	Indica quais períodos de apuração devem ser considerados na geração dos registros K200.
K200	Estoque Escriturado	Apresenta o saldo em estoque dos itens na data final de cada período de apuração gerado nos registros K100.
K220	Outra Movimentações Internas entre Mercadorias	Demonstra a transferência de saldo de um item para outro.
K230	Itens Produzidos	Identifica as ordens de produção.
K235	Insumos Consumidos	Demonstra os materiais consumidos na ordem de produção.
K250	Industrialização Efetuada por Terceiros: Itens Produzidos	Apresenta os itens produzidos por terceiros.
K255	Industrialização Efetuada por Terceiros: Insumos Consumidos	Demonstra os materiais consumidos na produção de itens por terceiros.
K990	Encerramento do Bloco	Registro de encerramento com o total de linhas do bloco.

Fonte: Adaptado de Rocha; Almeida (2015).

Explicando melhor os registros do Bloco K, de acordo com Rocha e Almeida (2015):

Registro 0200: Tabela de Identificação do Item – este registro, já existente no SPED Fiscal e muito ligado ao Bloco K, apresenta o cadastro de todos os produtos e serviços da empresa, bem como o código do item, sua descrição, unidade de medida e o tipo do item (produtos acabados, semiacabados, matérias primas, embalagens, subprodutos, entre outros).

Registro 0210: Consumo Específico Padronizado - apresenta a lista de material ou ficha técnica padrão de todos os produtos acabados e semiacabados da empresa. Também é necessário informar a perda normal (parte do insumo que não se transformou em produto resultante) percentual de um insumo para se produzir uma unidade de produto resultante.

Registro K200: Estoque Escriturado - apresenta o saldo em estoque no final do período de apuração, por produto, separando produtos de propriedade da empresa em seu poder, em poder de terceiros, e de terceiros em poder da sua empresa.

Registro K220: Movimentações Internas Entre Mercadorias - apresenta todas as movimentações internas entre mercadorias no período que não se enquadram nas movimentações de produção efetuada pela empresa (K230) e movimentações de consumo de material na produção efetuada pela empresa (K235).

Registro K230: Itens Produzidos - apresenta toda a produção efetuada pela empresa no período, incluindo a informação da ordem de produção, produto da ordem de produção, e quantidade produzida. Quando este registro for igual a zero e existir informações no registro filho K235 (itens consumidos), a entidade fiscalizadora entenderá que a produção ficou em elaboração. Essa produção em elaboração não é quantificada, uma vez que a matéria não é mais um insumo e nem é ainda um produto resultante.

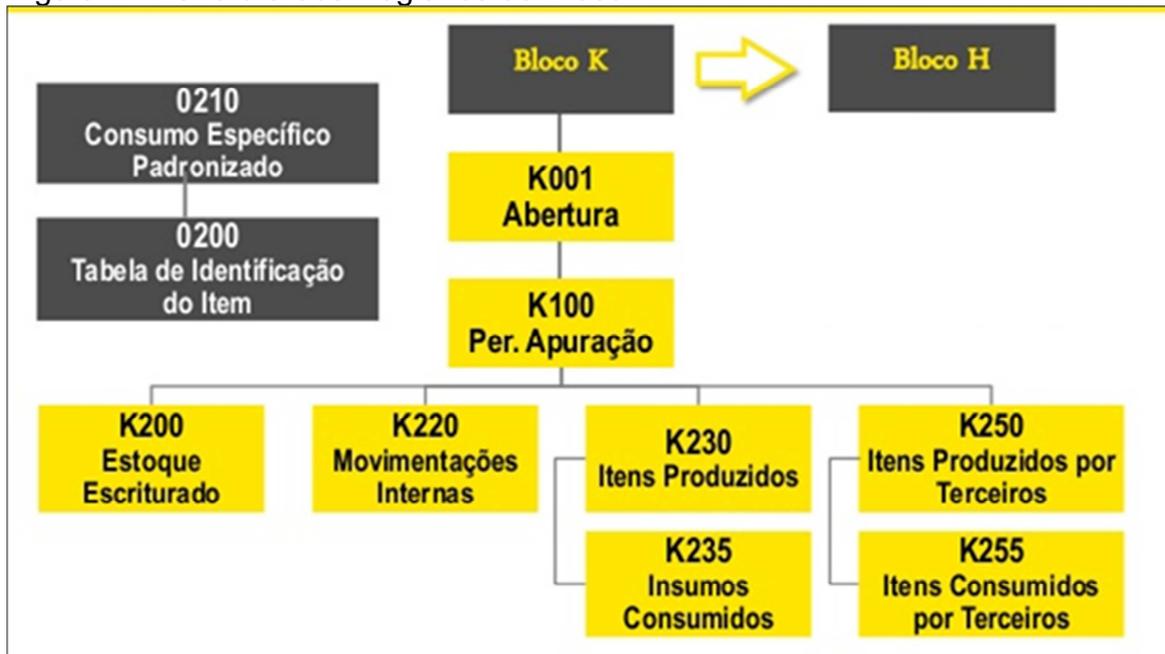
Registro K235: Insumos Consumidos - apresenta todos os insumos requisitados para a fabricação dos itens produzidos informados no K230, incluindo a quantidade requisitada de cada material, ou seja, tem o objetivo de informar o consumo das mercadorias no processo produtivo.

Registro K250: Industrialização Efetuada por Terceiros – Itens Produzidos – apresenta toda a produção efetuada por terceiros no período, incluindo a informação do produto e quantidade produzida.

Registro K255: Industrialização em Terceiros – Insumos Consumidos - apresenta todos os insumos consumidos para a fabricação dos itens produzidos informados no K250, incluindo a quantidade consumida de cada material.

A figura 4 abaixo mostra como fica a ligação de cada registro.

Figura 4 - Estrutura dos Registros do Bloco K



Fonte: Adaptado de Otero e Mori (2015).

Conforme Leão (2015), todo mês e para cada produto da empresa, esta equação deverá ser validada: $\text{Estoque final} = (\text{Estoque inicial}) + (\text{Entradas por Documentos Fiscais}) + (\text{Produção Própria K230}) + (\text{Produção em Terceiros K250}) + (\text{Movimentação interna K220}) - (\text{Saídas por Documentos Fiscais}) - (\text{Consumo na Produção Própria K235}) - (\text{Consumo na Produção em Terceiros K255}) - (\text{Movimentação interna K220})$.

O autor ainda explica que se a empresa fisicamente fizer alguma movimentação de estoque e essa movimentação não estiver escriturada na EFD – ICMS/IPI, o estoque físico do produto não será alinhado com o estoque informado no SPED Fiscal.

Evidencia-se aqui novamente, a importância de um controle rigoroso de estoques para evitar divergências entre a movimentação do estoque físico e o informado na EFD – ICMS/IPI.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, inicialmente, descreve-se o enquadramento metodológico do estudo. Em seguida, apresentam-se os procedimentos utilizados para a coleta e análise dos dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

No que se refere à análise dos dados utiliza-se abordagem qualitativa. Para Oliveira (2000, p.117) este tipo de pesquisa descreve:

[...] a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atividades dos indivíduos.

Em relação aos objetivos, este estudo caracteriza-se como descritivo, pois segundo Santos (2004), é um levantamento de características que compõem o fato/fenômeno/processo. Ainda, o estudo caracteriza-se como exploratório, pois conforme Luciano (2001, p. 13), a pesquisa “visa aproximar o problema com as hipóteses da pesquisa.” De acordo com Cervo e Bervian (2002), este tipo de pesquisa realiza descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre os elementos componentes da mesma. Desta forma, esta pesquisa descreve qual a sistemática do Bloco K.

Quanto aos procedimentos, efetua-se um estudo do tipo pesquisa bibliográfica, utilizando-se como base materiais já elaborados e publicados. Para Koche (2011), a pesquisa bibliográfica é a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres. O objetivo da pesquisa bibliográfica, portanto, é o de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa.

Por fim, realiza-se um estudo de caso, sendo um tipo de pesquisa que consiste na investigação, coleta e análise de informações sobre determinado

assunto, tendo como propósito entender os fatos. (MICHEL, 2009). Para realizar a pesquisa no processo de gestão da instituição em estudo, será utilizado um estudo fundamentado em dados levantados junto à empresa.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA

Para elaboração do estudo de caso a coleta de dados será feita por meio de visitas na empresa estudada, para acompanhar os processos internos utilizados. Desse modo, será observada a rotina da organização do controle da produção e do estoque da empresa.

Por meio desse estudo realizado, espera-se obter as informações necessárias para atender a questão central desse estudo.

4 ESTUDO DE CASO

Neste capítulo será apresentado o estudo de caso realizado em uma empresa de pré-moldados localizada em Criciúma. As informações exibidas referem-se aos procedimentos e mudanças sugeridas a esta empresa para se adequar e organizar o seu estoque, a fim de atender a implantação do novo livro de controle de produção e estoque, o Bloco K do SPED Fiscal.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A empresa “XYZ” Pré-Moldados Ltda iniciou suas atividades em 1987 e é uma sociedade empresária limitada, com matriz e filial localizadas no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina. Atualmente possui 210 funcionários. Tem como objeto social a exploração da indústria de artefatos de cimento em geral e concreto usinado, atividades de construção civil, abrangendo edificações, incorporações imobiliárias, elaboração e execução de projetos técnicos de qualquer natureza dentro do ramo da engenharia; ainda a industrialização e/ou comercialização de estruturas e módulos pré-fabricados ou pré-moldados, postes de concreto, materiais de construção e de pavimentação em geral, bem como a prestação de serviços de engenharia para terceiros; além da aquisição e manutenção de participações societárias e administração de outras empresas.

As figuras 5 e 6 abaixo mostram alguns dos principais produtos oferecidos pela empresa em estudo.

Figura 5 – Vigas



Fonte: Site da empresa

Figura 6 – Pilares, Vigas e Lajes



Fonte: Site da empresa

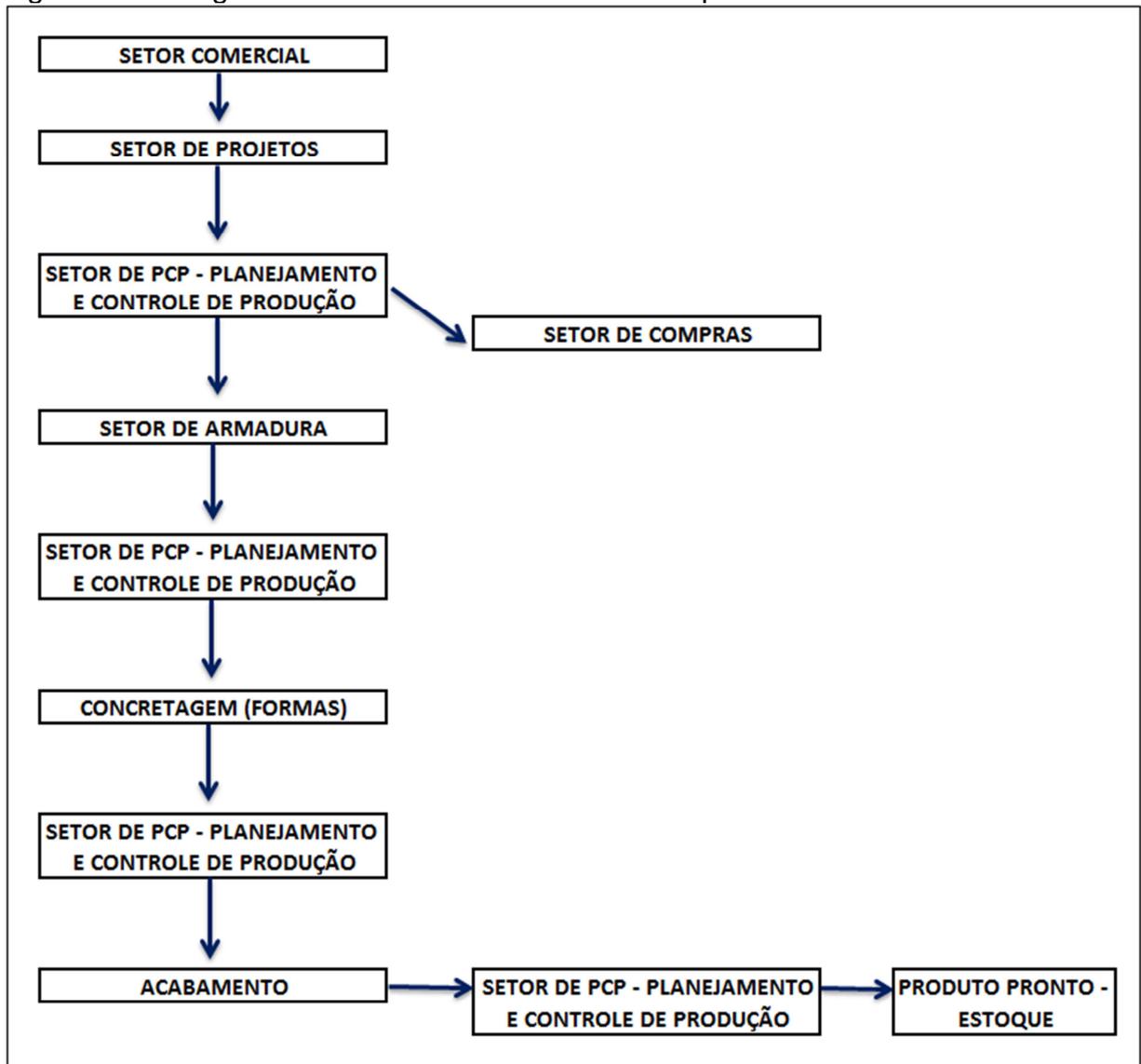
A empresa se destaca na fabricação de estacas de concreto e aduelas, bem como na fabricação e montagem de elementos pré-moldados; destacando-se entre estes elementos pré-moldados: pilares, vigas, painéis, lajes e terças.

4.2 PROCESSO DE PRODUÇÃO

Os principais insumos utilizados pela empresa para fabricar seus produtos são: aço e concreto (cimento, brita, areia e água). E o valor atribuído aos itens que compõem o estoque do almoxarifado é através do custo médio.

Na Figura 7 abaixo é apresentado o fluxograma da produção de uma peça (pilar ou viga) da empresa em estudo e após a explicação de cada processo.

Figura 7 - Fluxograma do Processo Produtivo da Empresa



Fonte: Elaborado pela autora (2016).

O processo se inicia no setor comercial com fechamento do pedido. Após o pedido fechado, o setor comercial libera ao setor de projetos para a elaboração do detalhamento das peças que compõem o pedido.

O setor de projetos libera o detalhamento das peças para o setor de PCP-Planejamento e Controle de Produção, que efetua o cadastramento das peças no sistema, criando assim uma OP - ordem de produção. O PCP, com base na ordem de produção, faz o levantamento dos insumos e materiais necessários e solicita ao setor de compras a aquisição dos mesmos. O setor de compras faz as cotações e logo emite a ordem de compra – OC. O setor de almoxarifado recebe os materiais adquiridos, confere e efetua o lançamento no sistema.

Na sequência, o PCP libera a ordem de produção para o setor de armadura e este confecciona a armadura da peça. Depois de concluída a confecção da armadura, o setor devolve a ordem de produção para o PCP, que faz o registro da conclusão desta etapa no sistema.

Em seguida, a OP segue para o setor de formas e concretagem. Nesta etapa, a armadura é colocada na forma (do pilar ou da viga) e em seguida é feita a concretagem. Concluída a concretagem, o setor devolve a OP para o PCP, que efetua o registro da conclusão deste processo no sistema.

Posteriormente, a OP segue para o setor de acabamento, na qual são realizados os acabamentos necessários para finalização das peças.

Concluídos os acabamentos na peça, a ordem de produção volta para o setor de PCP, procedendo ao encerramento da OP e o registro das peças no estoque de produtos acabados.

Diariamente o setor de PCP informa ao setor de almoxarifado a quantidade de materiais consumidos em cada etapa da produção, para que se proceda à devida baixa do estoque no sistema. O PCP obtém essa informação com base da conclusão da OP de cada setor.

4.3 A EMPRESA FRENTE AO BLOCO K

Feita a análise de quais informações são necessárias para cada registro do Bloco K, foi verificado como a empresa em estudo está frente às informações exigidas por essa nova obrigação. O Quadro 3 mostra cada informação exigida pelos registros e se a empresa tem o controle destas informações.

Quadro 3 - Procedimentos para o Bloco K

Registros	Procedimentos e Informações Necessários	A Empresa Possui?
0200 – Identificação do Produto	1. Cadastro no sistema das seguintes informações: Código do item, descrição do item, unidade de medida e o tipo de item (Mercadoria para Revenda, Matéria-Prima, Embalagem, Produto em Processo, Produto Acabado, Subproduto, Produto Intermediário, Material de Uso e Consumo, Ativo Imobilizado, Serviços e Outros)	
0210 – Consumo Específico Padronizado	2. Ter uma Ficha Técnica do Produto a ser produzido cadastrado no sistema para informar quantidade e perda ou quebra no processo produtivo.	 
K200 – Estoque Escriturado	3. Ter um controle de estoque dos itens do almoxarifado (Matéria-Prima, Embalagem, Materiais de Uso e Consumo, Materiais Intermediários) e dos produtos produzidos. Também dos produtos em poder de terceiros.	 
K230 – Itens Produzidos	4. Ter um controle de Produtos acabados e produtos em processo periodicamente. Deverá ser informado: a data inicial e final da ordem de produção, o código de identificação da ordem de produção, o código do item produzido e a quantidade produzida. (Deverá existir mesmo que a quantidade de produção acabada seja igual à zero).	 
K235 – Insumos Consumidos	5. Controlar o consumo de mercadoria no processo produtivo, vinculados ao produto resultante informado no campo K230 – Itens Produzidos. Informar: a data de saída do estoque para alocação do produto e a quantidade consumo.	
K250 – Industrialização o Efetuada por Terceiros: Itens Produzidos	6. Ter um controle dos Produtos que foram Industrializados por terceiros e a sua quantidade. Informar: data do reconhecimento da produção ocorrida no terceiro, o código do material e a quantidade produzida (que retornou do terceiro).	
K255 – Industrialização o Efetuada por Terceiros: Insumos Consumidos	7. Controlar a quantidade de consumo do insumo que foi remetido para ser industrializado em terceiro. Deverá conter no controle: a data do reconhecimento do consumo do insumo e a quantidade de consumo do insumo.	

Fonte: Elaborado pela autora (2016).

1. A empresa utiliza um sistema integrado (chamado ERP) e as mercadorias adquiridas pela empresa são lançadas no sistema através da nota fiscal, com os respectivos: códigos, descrição da mercadoria, NCM, unidade de medida e o tipo do item. No Anexo A – Cadastro do Produto, mostra como fica o cadastro do produto no sistema da empresa.

2. A empresa possui ficha técnica dos produtos cadastrada no sistema como mostra o Anexo B – Ficha Técnica de um Produto Final. Porém, não possui o controle de perda por produto acabado, apenas à quantidade de perda na fabricação mensal. Alguns materiais que “sobram” são separados e pesados ao final do mês.

3. O setor de almoxarifado tem o controle por item da quantidade de materiais que entram e saem do estoque. As entradas através do lançamento da nota fiscal do fornecedor, e as saídas, através de relatório de consumo diário de cada item elaborado pelo setor de PCP, como mostra o Anexo C – Relatório de Baixa. No Anexo D – Estoque Almoxarifado é apresentado os produtos e a quantidade que permaneceu no estoque em determinado mês. Porém, não possui controle dos produtos que estão em poder de terceiros.

4. A empresa possui controle de produtos acabados, como mostra o Anexo E – Relatório de Produtos Acabados, bem como a data inicial e final da ordem de produção, o código de identificação da ordem de produção, o código do item produzido e a quantidade produzida. Porém, a empresa não possui o controle de produtos em processo.

5. Diariamente, ao efetuar o lançamento dos materiais consumidos, o setor de almoxarifado gera automaticamente no sistema a data de saída e a quantidade consumida.

6. A empresa não possui controle dos produtos que foram industrializados por terceiros.

7. Não possuindo o controle dos produtos industrializados por terceiros, conseqüentemente não há o controle da quantidade que foi remetido para industrialização.

4.4 SUGESTÕES A EMPRESA

Apesar da empresa em estudo enquadrar-se na obrigação do Bloco K apenas em 2019, é necessário ter atenção nas informações que são exigidas e que atualmente a empresa não consegue atender, para que assim sejam realizadas melhorias nos controles, a fim de atender as exigências do fisco.

Foi sugerido para a empresa:

- Controle da quantidade de perda por produto;

- Ter controle dos produtos em processos cadastrados no sistema;
- Cadastrar o estoque de terceiros, bem como a quantidade que é remetida, retornada e utilizada como insumo.

É importante lembrar que são apenas sugestões de melhoria nos controles da empresa, pois esta nova obrigação ainda não entrou em vigor, então não se sabe exatamente se as informações que a empresa tem serão suficientes ou não para validação correta do arquivo. Pelo estudo feito, a princípio, são apenas essas melhorias necessárias para atender as informações exigidas pelo Bloco K.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto SPED vem promovendo a integração das informações prestadas ao fisco, com objetivo de aprimorar as ferramentas de fiscalização. A nova obrigatoriedade instituída foi o Bloco K no SPED Fiscal, que consiste na abertura do processo produtivo dos contribuintes com atividade econômica industrial ou equiparada a industrial, a partir de 1 de janeiro de 2017.

O Bloco K passará a cruzar as informações da produção e dos estoques, com intuito de controlar completamente os estoques e evitar fraudes. Os critérios de avaliações serão mais particulares que anteriormente, pois o fisco passará a ter o cruzamento de informações.

Essa nova obrigação traz um desafio para as empresas, principalmente para os profissionais envolvidos no processo de gestão dos estoques e da produção, já que as empresas terão que informar desde a entrada dos insumos até o produto final.

Observa-se que o processo de implementação causará impacto nas empresas. Para alguma o fato é preocupante, pois há falta de preparo e de investimentos para se adaptarem a tais mudanças.

Na pesquisa realizada os objetivos foram alcançados e foi constatado que é necessário adotar alguns procedimentos para que a empresa possa gerar informações exigidas por essa obrigação acessória. Através do estudo de caso foi possível verificar como a empresa estudada estava frente à escrituração desta nova obrigação e, assim, sugerir maior atenção em algumas informações estabelecidas pelo Bloco K que ainda não estão sendo atendidas.

Independente de ser uma exigência legal, o Controle da Produção e dos Estoques nas empresas deveria ser uma prática comum, visto que este proporciona uma visão mais detalhada, tonando a gestão de custos, da produção e do estoque mais eficaz, impactando certamente no resultado das mesmas.

Sendo assim, observa-se a importância do profissional contábil nas empresas, responsável não apenas por procedimentos contábeis e fiscais, mas também por auxiliar na transformação dos procedimentos e estratégias para atuação dessa nova sistemática.

Antes de conhecer mais profundamente o Bloco K, em primeira análise, essa obrigação acessória foi vista somente como um ponto negativo para as

empresas, pois muitas terão custos adicionais em razão de algumas ações preparatórias para que tenham plena condição de atender com clareza e precisão as informações que são exigidas. Como por exemplo: possível necessidade de aquisição de um software, ou melhoria no que possuem e até mesmo participações em cursos e treinamentos. Porém, conforme aprofundamento no estudo e conhecendo melhor o Bloco K, este acaba se tornando em mais uma ferramenta ou, para algumas empresas, a única de gestão da produção e controles de gastos, que na mão de um bom gestor reflete diretamente no resultado final da empresa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cleverson. **Artigo - Bloco K – EFD ICMS/IPI**. 2015. Disponível em: <<http://crcgo.org.br/novo/wp-content/uploads/2015/04/BlocoK.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

Apostila Temas Especiais. **Bloco K**. 2015. Disponível em: <http://www.ebs.com.br/treinamento/Apostilas/Apostila_Bloco_K_rev02.2014.pdf>. Acesso em: 20 abr 2016.

AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antonio. **SPED - Sistema Público de Escrituração Digital**. São Paulo: Iob, 2009.

BOMPAN, Fernanda. **Receita terá maior controle nos estoques de indústrias e atacadistas**. 2015. Disponível em: <<http://www.robertodiasduarte.com.br/receitateramaior-controle-nos-estoques-de-industrias-e-atacadistas/>>. Acesso em: 19 maio 2016.

BRASIL, Secretaria da Receita Federal. Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. **Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm>. Acesso em: 25 mar. 2016.

BRASIL, Emenda Constitucional nº 42, de 19 de Dezembro de 2003. **Alteração do Sistema Tributário Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc42.htm>. Acesso em: 27 fev 2016.

BRASIL, Ministério da Fazenda. SPED – Sistema Público de Escrituração Digital. **Guia Prático da Escrituração Fiscal Digital – EFD ICMS/IPI**. Versão 2.0.18. 2015. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/estatico/72/BBFB8C50E653125B3174BA1ECC91A1A8255EB7/GUIA%20PR%C3%81TICO%20DA%20EFD%20%20Vers%C3%A3o%202.0.18.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

BRASIL, Ato COTEPE/ICMS nº 9/2008. **Dispõe sobre as especificações técnicas para geração de arquivos da Escrituração Fiscal Digital – EFD**. Disponível em: <http://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/atos/atos_cotepe/2008/ac009_08.htm>. Acesso em: 18 mar. 2016.

BRASIL, Secretaria da Receita Federal. **Portal do SPED**. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

BRASIL, Secretaria da Receita Federal. Ajuste SINIEF 2/2009. **Dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital – EFD**. Disponível em: <http://www1.fazenda.gov.br/confaz/confaz/ajustes/2009/aj_002_09.htm>. Acesso em: 29 fev. 2016.

BRASIL, Instrução Normativa nº 1652. **Dispõe sobre a obrigatoriedade o Livro de Registro do Controle da Produção e do Estoque da EFD ICMS/IPI para os**

Estabelecimentos industriais fabricantes de bebidas e do fumo. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=75041&visao=anotado>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

BUONAMICI, Vinícius. **Riscos decorrentes das novas exigências do Bloco K.** Disponível em: <<http://www.ppi-multitask.com.br/riscos-decorrentes-das-novas-exigencias-do-bloco-k>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

DALCIN, Orlando; Marco Aurélio. **Bloco K.** 2014. Disponível em: <<http://jp.camaradojapao.org.br/pdf/a-14-07-24-cj-pwc.pdf>>. Acesso em: 5 abr 2016.

DUARTE, Roberto Dias. GRV Software. **SPED Fiscal Bloco K.** 2015. Disponível em: <<http://www.debiasi.com.br/2014/05/spedblocokcontroledaproducaoedestoque/>>. Acesso em: 27 abr. 2016.

GOITIA, Vladimir. **Sped Garante Salto de Qualidade.** 2016. Disponível em: <<http://www.dci.com.br/especial/sped-garante-salto-de-qualidade-id530439.html>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa.** Rio de Janeiro, 2011.

LEÃO, Thiago. **Bloco K do Sped Fiscal: entenda o que é, para que serve e prepare-se.** 2015. Disponível em: <<http://www.nomus.com.br/blogindustrial/2015/06/bloco-k-do-sped-fiscal-entenda-o-que-e-para-que-serve/>>. Acesso em: 15 maio 2016.

MICHEL, M. Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Claudionor dos Santos. **Metodologia científica, planejamento e técnicas de pesquisa: uma visão holística do conhecimento humano.** São Paulo: Editora LTR, 2000.

OTERO, Rodrido; MORI, Mariana. **Bloco K.** 2015. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/edgonsilva/bloco-k-48286056>>. Acesso em: 24 maio 2016.

ROCHA, Celso Alves; ALMEIDA, Cristina Beatriz de Souza. **BLOCOS H E K: Aspectos Teóricos e Práticos.** São Paulo: IOB Folhamatic Ebs, 2015. 181 p.

SANTOS, Antonio Raimundo. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento.** Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

WK SISTEMAS. **Bloco K.** 2015. Disponível em: <<http://blog.wk.com.br/vocesabeoque-e-o-bloco-k-controle-da-producao-e-estoque-2/>>. Acesso em: 3 maio 2016.

ANEXOS

ANEXO A – Cadastro Do Produto

Produto	CIMENTO	Descrição do Produto	CIMENTO CP V ARI GRANEL	
Código	39001			
Subfamília	1 MATÉRIA PRIMA			
Unidade de Medida	KG QUILOGRAMAS			
Tipo de Controle do Estoque	Estoque Total		Tipo de Custo	Custo Médio
Origem	0 - Nacional			
NCM	2523.29.10-000 CIMENTOS PORTLAND,COMUNS			
Tipo de Ligação	SPED Fiscal ICMS/IPI (Bloco C - Registro 500 - Campo 26)			
Grupo de Tensão	SPED Fiscal ICMS/IPI (Bloco C - Registro 500 - Campo 27)			

ANEXO B – Ficha Técnica de um Produto Final

Pos.	AÇO	Qtde.	Bitola	Comprimento (cm)		Peso (Kg)
				Unitário	Total	
1	CA60	57	5.0	120	6840	10.94
2	CA60	20	5.0	70	1400	2.24
3	CA60	25	5.0	30	750	1.20
4	CA50	1	16.0	172	172	2.75
5	CA50	4	12.5	745	2980	29.80
6	CA50	2	12.5	940	1880	18.80
7	CA50	2	12.5	273	546	5.46
8	CA50	2	12.5	75	150	1.50

A	1x C-01
B	1x C-02
C	1x C-09
D	1x FURO Ø85mm
E	4x N-02 (5 mm)
F	2x ALÇA DE IÇAMENTO
G	4x BARRA CA-50 (VER CONSOLO)

RESUMO DE AÇO									
CA - 60					CA - 50				
AÇO									
Ø	Ø4.2	Ø5.0	Ø6.0	Ø6.3	Ø8.0	Ø10.0	Ø12.5	Ø16.0	Ø20.0
Total (m)	-	89.90	-	-	-	-	55.56	1.72	-
Peso (kg)	-	14.38	-	-	-	-	55.56	2.75	-
TOTAL DE AÇO CA	TAXA DE AÇO CA	TOTAL DE AÇO CP	TAXA DE AÇO CP	TOTAL DE AÇO CA	TAXA DE AÇO CA	TOTAL DE AÇO CP	TAXA DE AÇO CP	TOTAL DE AÇO	TAXA TOTAL
72.69 kg	84.43 Kg/m³	0.00 kg	- Kg/m³	72.69 kg	84.43 Kg/m³	84.43 Kg/m³	84.43 Kg/m³	84.43 Kg/m³	84.43 Kg/m³
VOLUME TOTAL	V. S/CONSOLO	COBRIMENTO	PESO DA PEÇA	Fck (MPa)	Fcj (MPa)	RELAÇÃO A/C			
0.861 m³	0.819 m³	2.5 cm	2.15 ton	40	10	0.41			
01	28/04/16	ALTERADO DIAMETRO DO FURO PARA IÇAMENTO			EDUARDO				M.M.
REV.	DATA	NATUREZA DA REVISÃO			ELAB.	VERIF.	APROV.		
		OS PONTOS DE APOIO PARA ARMAZENAMENTO E TRANSPORTE DAS PEÇAS DEVERÃO COINCIDIR COM AS ALÇAS DE IÇAMENTO.							
		TOLERÂNCIA PADRÃO P/ ELEMENTOS PRÉ-MOLDADOS (cm): SEÇÃO ±0.5 / COMPRIMENTO ±1.0 / ESTRIBO ±0.5 / BARRA RETA ±1.0.							
		TOLERÂNCIA PADRÃO P/ INSERTOS (mm): FURO ±2 / CHAPAS LARGURA E COMPRIMENTO ±5 / ESPESSURA ±1 / BARRA RETA ±10.							

ANEXO C – Relatório De Baixa

		Requisições Por Despesa										Usuário: 02/06/2016 14:16:34	
												Página: 1	
311 AÇO													
Sub. Família: 2		MATÉRIA PRIMA											
Num. Req	Produto	Descrição	Un	Prioridade	Data Necess.	Data Baixa	Almoxarifado	Qtde Baixa	Valor Unit	Valor Total			
20198	1070	ACO CA - 50 10.0 X 12.000 MM EM CONFORMI	KG	EMERGENTE	29/04/2016	29/04/2016	ALMoxARIFADO CONS	1,640000	2,004473594	3,29			
20198	1173	ACO CA - 50 8,0 X 12,000 MM EM CONFORMID	KG	EMERGENTE	29/04/2016	29/04/2016	ALMoxARIFADO CONS	3,860000	2,171853270	8,38			
20198	1684	ACO CA - 60 5,0 X 12,000 MM EM CONFORMID	KG	EMERGENTE	29/04/2016	29/04/2016	ALMoxARIFADO CONS	6,100000	2,346666437	14,31			
20198	859	ACO CA - 50 6,3 X 12,000 MM EM CONFORMID	KG	EMERGENTE	29/04/2016	29/04/2016	ALMoxARIFADO CONS	1,200000	2,288333886	2,75			
Total SubFamília:								12,800000		28,73			
Total Despesas:								12,800000		28,73			
312 CIMENTO													
Sub. Família: 1		MATÉRIA PRIMA											
Num. Req	Produto	Descrição	Un	Prioridade	Data Necess.	Data Baixa	Almoxarifado	Qtde Baixa	Valor Unit	Valor Total			
20198	39001	CIMENTO CP V ARI GRANIEL	KG	EMERGENTE	29/04/2016	29/04/2016	ALMoxARIFADO CONS	60,000000	0,350594444	21,04			
Total SubFamília:								60,000000		21,04			
Total Despesas:								60,000000		21,04			
313 AGREGADOS PARA CONCRETO (AREIA/BRITAS E ADITIVOS)													
Sub. Família: 1		MATÉRIA PRIMA											
Num. Req	Produto	Descrição	Un	Prioridade	Data Necess.	Data Baixa	Almoxarifado	Qtde Baixa	Valor Unit	Valor Total			
20198	14620	ADITIVO ACELERADOR TEC SET PLUS	L	EMERGENTE	29/04/2016	29/04/2016	ALMoxARIFADO CONS	0,064000	3,094020160	0,20			
20198	203	AREIA LAVADA FINA CONFORME NBR 7211	M3	EMERGENTE	29/04/2016	29/04/2016	ALMoxARIFADO CONS	0,018000	23,249978517	0,42			
20198	3844	ADITIVO P/CONCRETO TEC-FLOW 7000	KG	EMERGENTE	29/04/2016	29/04/2016	ALMoxARIFADO CONS	0,201000	9,625144463	1,93			
20198	4067	AREIA LAVADA MEDIA CONFORME NBR 7211	M3	EMERGENTE	29/04/2016	29/04/2016	ALMoxARIFADO CONS	0,040000	33,998189149	1,36			
20198	41095	BRITA 0 - PEDRISCO - 4,75/12,5 CONFORME	M3	EMERGENTE	29/04/2016	29/04/2016	ALMoxARIFADO CONS	4,020000	39,776015420	159,90			
20198	777	DESMOLDANTE GHAMIA DESMOL CT03 QUIM L	L	EMERGENTE	29/04/2016	29/04/2016	ALMoxARIFADO CONS	0,110000	7,224233333	0,79			
Total SubFamília:								4,453000		164,60			
Total Despesas:								4,453000		164,60			

ANEXO D – Estoque Almoxarifado

03/06/2016 09:08		Saldo de Estoque					
		Período Vencimento:					
		Período Fabricação:					
		Data:		30/04/2016			
Produto	Descrição	Ref	Und.	Qtd.	Qtd. Reserva	Qtd. Real	Custo
Grupo	50	50					
	SubGrupo	50	50				
	Família	50	50				
	SubFamília			1	MATÉRIA PRIMA		
14620	ADITIVO ACELERADOR TEC SET PLUS		L	450,005000	0,000000	450,00	3,084029160
3844	ADITIVO P/ CONCRETO TEC-FLOW 7000		KG	1.450,004000	0,000000	1.450,00	9,625144453
15409	ADITIVO TEC CEL PLUS PJ19/01 ESTACAS		L	670,222000	0,000000	670,22	2,192714286
203	AREIA LAVADA FINA CONFORME NBR 7211		M3	49,997000	0,000000	49,99	23,249978517
4057	AREIA LAVADA MEDIA CONFORME NBR 7211		M3	40,020000	0,000000	40,02	33,998189149
41095	BRITA 0 - PEDRISCO - 4,75/12,5 CONFORME NBR 7211 - BASALTO NUNES		M3	74,999000	0,000000	74,99	39,776015420
840	BRITA 0 - PEDRISCO - 4,75/12,5 CONFORME NBR 7211 - BASALTO		M3	20,002000	0,000000	20,00	41,980301970
276	BRITA 1 - 3/4 - 9,5/25 CONFORME NBR 7211 - BASALTO		M3	75,130000	0,000000	75,13	41,986061866
3848	CIMENTO CP V ARI 50 KG		UN	5,000000	0,000000	5,00	25,660000000
39001	CIMENTO CP V ARI GRANEL		KG	36.681,000000	0,000000	36.681,00	0,350594444
1290	EPS CP 200 X 300 X 1200 MM - ESTOQUE		M3	5,058000	0,000000	5,05	143,438117833
4042	ESPACADOR PLASTICO P/ CONCRETO DF 25 MM		UN	500,000000	0,000000	500,00	0,060640000
4033	ESPACADOR PLASTICO P/ CONCRETO DF 30 MM		UN	4.000,000000	0,000000	4.000,00	0,067990000
22201	ESPACADOR PLASTICO P/ CONCRETO DF 35 MM		UN	30.500,000000	0,000000	30.500,00	0,067916721
3494	ESPACADOR PLASTICO P/ CONCRETO DLV 20 MM		UN	21.000,000000	0,000000	21.000,00	0,050900000
1139	ESPACADOR PLASTICO P/ CONCRETO DLV 30 MM		UN	500,000000	0,000000	500,00	0,070000000

ANEXO E – Relatório De Produtos Acabados

Sistema Controle de Producao									Folha:1	
Relatório de Estoque									11:49	
Contabilidade									30/04/16	
Cliente:										
Codigo	NCM	Tipo	No.	Com	Descricao	Volume	QTD	V. Unit.	V. Fin.	V. Fisc.
ME1	6810.91.00	ADU	1		ADUELA - 240 X 110 X 340 - 0 +	2,24	4	2180,27	8.721,08	7.269,02
SC6	6810.91.00	ADU	4		ADUELA - 280 X 110 X 280 - 0 +	1,67	2	1530,61	3.061,22	2.551,53
VS1	6810.19.00	L	6		LAJE PROT. - 124,5 X 15 X 277 -	0,329	1	738,67	738,67	615,68
CGA	6810.91.00	LTR	2		LANTERNIM - 15 X 140,2 X 392,2	0,135	3	98,57	295,71	246,47
KUH	6810.91.00	P	1		PILAR 20X50X13,00	0,229	1	252,22	252,22	210,23
HE5	6810.91.00	P	1		PILAR 25X25X405	0,483	1	226,08	226,08	188,44
TO2	6810.91.00	P	1		PILAR 20X50X895	0,735	1	809,15	809,15	674,43
MGU	6810.91.00	P	1		PILAR 20X50X895	0,92	1	60,6	60,60	50,51
CC5	6810.91.00	P	1		PILAR 20X40X648,5	0,534	1	511,74	511,74	426,54
CC4	6810.91.00	P	1		PILAR 20X40X648,5	0,534	1	511,71	511,71	426,51
EJC	6810.91.00	P	2	B	PILAR 20X50X895 - 0 X 0 X 0 -	0,92	1	970,21	970,21	808,67
ALC	6810.91.00	P	2		PILAR 20X50X895 - 0 X 0 X 0 -	0,92	1	93,75	93,75	78,14
MGU	6810.91.00	P	2		PILAR 20X50X895 - 0 X 0 X 0 -	0,92	1	60,6	60,60	50,51
HE4	6810.91.00	P	3		PILAR 25X25X405	0,29	1	144,77	144,77	120,67
NID	6810.91.00	P	3		PILAR 25X50X705	0,44	1	793,31	793,31	661,22
MGU	6810.91.00	P	3		PILAR 20X50X895	0,92	1	60,6	60,60	50,51
DR1	6810.91.00	VC	30		VIGA DE COBERTURA - 20 X 65	1,312	4	1630,15	6.520,60	5.434,92
KUH	6810.91.00	VI	1		VIGA INTERMEDIÁRIA - 15 X 50	0,288	1	214,03	214,03	178,39
NID	6810.91.00	VI	1		VIGA INTERMEDIÁRIA - 15 X 50	0,288	1	148,06	148,06	123,41
MGU	6810.91.00	VI	1		VIGA INTERMEDIÁRIA - 15 X 50	0,288	1	28,85	28,85	24,05
SYD	6810.91.00	VI	2		VIGA 15X50X303	0,212	2	410	820,00	683,47
MGU	6810.91.00	VI	2		VIGA 12X56X363	0,234	2	41,05	82,10	68,43
MAE	6810.91.00	VI	4	A	VIGA 15X50X313	0,22	1	181,19	181,19	151,02
MAU	6810.91.00	VI	4	B	VIGA 15X50X333	0,235	1	193,54	193,54	161,32
KUH	6810.91.00	VI	4		VIGA 20X50X4,38	0,073	1	80,57	80,57	67,16
ALC	6810.91.00	VI	4		VIGA 12X40X4,73	0,076	1	83,72	83,72	69,78
SYD	6810.91.00	VI	4		VIGA 15X50X630,5	0,458	1	888,49	888,49	740,56
KUH	6810.91.00	VI	5		VIGA 20X40x1,205	0,073	1	11,46	11,46	9,55
ALC	6810.91.00	VI	5		VIGA 12X40X4,655	0,076	1	82,56	82,56	68,81
IPA	6810.91.00	VI	5		VIGA INTERMEDIÁRIA - 20 X 50	0,326	1	460,45	460,45	383,79
ANG	6810.91.00	VI	6		VIGA INTERMEDIÁRIA - 20 X 50	0,438	1	677,29	677,29	564,52
ALC	6810.91.00	VI	6		VIGA 12X53X4,73	0,076	1	83,72	83,72	69,78
IPA	6810.91.00	VI	6		VIGA INTERMEDIÁRIA - 20 X 50	0,326	2	460,45	920,90	767,57
IPC	6810.91.00	VI	7		VIGA INTERMEDIÁRIA - 20 X 50	0,326	2	460,45	920,90	767,57
NC1	6810.91.00	VI	9		VIGA INTERMEDIÁRIA - 15 X 50	0,329	1	362,86	362,86	302,44
DTL	6810.91.00	VI	14		VIGA 20X50X459	0,439	1	134,91	134,91	112,45
NEY	6810.91.00	VI	16	A	VIGA 15X85X485,5	0,337	1	263,68	263,68	219,78